FOLHA DE S.PAULO

Publicado em 23/08/2023 - 05:59

Congresso aprova nova regra fiscal e põe fim a teto de gastos

Governo enviará projeto de lei para taxar fundos offshore

Acordo destrava votação de texto que trata do mínimo e da correção da tabela do IR



O presidente da Câmara dos Deputados. Arthur Lira (PP-AL), que anunciou acordo Pedro Ladeira /Folhastes

Victoria Azevedo

BRASILA Emmeio aresistênci de líderes da Câmara dos De putados, o governo Luiz Iná cio Lalla da Silva (PT) vai abri mão da tributação de fundo em paraísos fiscais (offisheres) na MP (medida proviséria) que trata do salário m inmo e da correção da tabe la do IRPF (Imposto de Rer da da Pessoa Fisica).

O tema será retomado er um projeto de lei com urgêr cia constitucional (trancand a pauta da Casa em 45 dias a ser enviado pelo Executiv Já a renúncia fiscal com attainação da taoisa do FRF1 será compensada por uma ou tra MP, que tratará da tribu tação dos fundos exclusivos voltados à alta renda (os cha mados super-ricos).

presidente da Câmara, Arth Lira (PP-AL), nesta terça-fe ra (22) e confirmado pelo s cretário-executivo do Mini tério da Fazenda, Dario D rigan, que atua como mini tro em exercício durante a agem de Fernando Haddad África do Sul.

votássemos a MP do salár mínimo e houvesse uma a teração no texto para retir da da parte que trata das offshores, com o compromisso do governo em mandar nova MP dos fundos onshores e dos fundos de capital privado, exclusivos, e um projeto de lei tratando dos fundos offsho-

"Para que a gente, em duas ou três semanas, possa dar o mesmo tom, o mesmo tratamento, o mesmo ritmo para esses fundos, que devemter a sua taxação, de maneira programada, organizada, para que a gente não tenha corrosão de base como existiu em outros partidos da América

tina", completou.

ele nem líderes partidários sá contra "taxar qualquer fund que seja", mas disse que o p is "precisa de planejamento Durigan, que se reuniu cor Lira e com o presidente do Se

> nstruída com base no diajo com o Legislativo. O debate hoje foi muito nstrutivo, tanto do ponto vista dos outros ministérido governo quanto do ponde vista do Congresso, paque a gente chegasse a um cio-termo. O Congresso não nseguiu alcançar tratar da gulamentação das ofíshos, então offshores vão pas, então offshores vão pa

ra um projeto de lei para que essa agenda, que é importante para a Fazenda, siga sendo objeto de discussão no Congresso", afirmou.

um impasse entre Executivo e Câmara dos Deputados após a inclusão do texto de uma MP sobre a tributação das offshores, medida para taxar recursos mantidos em paraísos fiscais, em outra medida que tra-

Como mostrou a Folha, a tributação das offshores foi o epicentro do atrito entre Lira e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Líderes da Casajá planejawam tirar essa taxação do texto, impondo um está con compando de como de como

reves ao governo Luía. A exclusão da medida, porém, poderia gerar um problema na sanção da correção da tabela do IRPE. Luía teria de vetar a medida, que foi uma promessa de campanha, ou precisaria encontrar outra fonte de compensação, a ser lançada no momento da sanção da nova lei.

sanção da nova lei. Por isso, segundo Durigan, a tributação dos fundos exclusivos será editada via MP, que tem vigência imediata. O texto deve trazer um dispositivo que incentiva os deteriores deseses recursos a atualizar o patrimônio dos fundos recolhendo uma aliquotar reduzida, de 10%, sobre os rendimentos obtidos nos últimos anos.

timos anos.

Ainclusão desse trecho servirá, para efeitos legais, como compensação, embora a aliquota final dependa do texto final. A expectativa é arrecadar cerca de 183 3 bilhões. "É importante dizer, Jo percentual está] aberto a negociação tanto com o Songres-vado guanto com o Congres-

so", afirmou Durigan.
Hoje, esses fundos não sofrem incidência do chamado
"come-cotas", isto é, tributação semestral sobre o valor
dos rendimentos obtidos. O
pagamento é feito apenas no
resgate dos recursos, o que
permite adiar indefinidamente o momento da cobrança.

duzir o potencial de arreca
dação com essa medida en
2024. O governo esperava in
cluir cerca de R\$ 10 bilhões no
Orçamento do ano que ven
com a tributação de fundo
exclusivos, valor que cairá
pouco mais de R\$ 7 bilhões

A tributação das offshores tramita atualmente no Congresso em uma MP que tem validade até 27 de agosto, como compensação à renúncia fiscal gerada pela correção da tabela do IRPE

Nesta terça, Lira afirmou que "não existe crise" com o governo federal, mas reforçou que não há acordo com o Sendo Federal sobre a instalação de comissões mistas e que o Executivo havia se comprometido a enviar projetos de lei com urgência constitucional junto com medidas pronal junto com medidas pronal junto com medidas pronal junto com medidas pro-

"Nós precisamos arrumar as nossas contas e estamos fazendo um esforço tremendo ajudando o ministro Haddad e a sua equipe para que cumpram as metas do arcabouço fiscal. Não existe cri-

"O que existiu é que não havia combinação. Nenhum lider soube da transposição que houve de uma MP para outra, quando isso não foi discutido nem como presidente [do Senado, Rodrígo] Pacheco, nem com o presidente Arthur nem com nenhumlíder partidário da Câmara. Não é possíveí fazer dessa maneira", comple-

Mais cedo, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que os textos da MP e do PL ainda não foram fechados, mas que eles deverão abordar outras medi-

Segundo o parlamentar, o governo está agindo para "construir um entendimento" até quarta-feira (23), na tentativa de votar as medidas pro-

visórias no plenário.
"Tudo tem que ser feito com
o máximo de segurança jurí
dica. Estamos pacificando a
Casa e o governo para votar
mos as três grandes matérias

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 14